

# O ato de resenhar na e para a academia

Eliana Merlin Deganutti de BARROS  
Elvira Lopes NASCIMENTO  
Universidade Estadual de Londrina

**Resumo:** *Este trabalho tem como objeto de estudo a resenha acadêmica, e seu foco centra-se na análise dos recursos lexicais e semântico-discursivos que expressam a avaliação do sujeito-resenhador em relação à obra resenhada. Esta pesquisa partiu da hipótese de que tal gênero poderia estar deixando de cumprir sua função social de avaliador, tornando-se apenas um instrumento de divulgação de novas obras acadêmicas. Os resultados, obtidos à luz da Análise do Discurso e com o aporte do modelo de Martin e Rose (2003) adaptado por Carvalho (2006) sobre a linguagem da avaliação, demonstram que, mesmo esse gênero configurando-se mais como um avaliador de pontos positivos do que negativos, não se pode dizer que seja apenas um mero divulgador de novas publicações acadêmicas, pois o ato de “redizer” uma obra jamais será imparcial, uma vez que as várias formações ideológicas que perpassam o discurso acadêmico, com certeza, encontram-se materializadas na textualidade discursiva desse gênero.*

**Palavras-chave:** *resenha acadêmica; valoração; gênero do discurso.*

## INTRODUÇÃO

A motivação para este trabalho partiu da leitura de um artigo de Carvalho (2005) no qual a autora faz uma análise contrastiva entre resenhas acadêmicas da área da Teoria da Literatura escritas em inglês e em português. O resultado de sua pesquisa mostrou que tal gênero discursivo, quando produzido por acadêmicos brasileiros, tende, quase sempre, a expressar os julgamentos e avaliações do livro-objeto de forma “amena”, cuidando para salientar os aspectos positivos e minimizar os negativos. Segundo a autora, essa forma de expressar os julgamentos não é comum nas resenhas acadêmicas elaboradas por norte-americanos. Estas, mesmo quando recomendam a leitura da obra, não deixam de apontar pontos obscuros ou possíveis lacunas e incoerências teóricas e/ou metodológicas do texto resenhado.

Neste trabalho, propomos-nos a investigar a resenha acadêmica, a fim de tentar responder às seguintes questões: será esse gênero – na forma como circula em algumas revistas científicas brasileiras – uma referência verdadeiramente crítica em relação a

obras acadêmicas, ou apenas um divulgador de novas publicações de determinadas áreas do conhecimento? Será que seu gênero discursivo omite o lado negativo da avaliação, configurando-se apenas como um indicador de possíveis qualidades editoriais? Objetivamos entender como se processa o *contrato* discursivo entre sujeito-resenhador e sujeito-resenhado e entre resenhador e leitor, a partir do enfoque da expressão da avaliação explicitada no fazer discursivo do gênero resenha acadêmica.

Com a finalidade de esclarecer tais questionamentos, estabelecemos como foco de nossa pesquisa a investigação de recursos lexicais e semântico-discursivos que expressem o posicionamento valorativo do sujeito-resenhador em relação a seu objeto de análise. Já como campo discursivo, optamos por explorar a área de estudos da linguagem, na qual se inscrevem nossos estudos atuais.

## METODOLOGIA

Para formulação do nosso *corpus*, selecionamos cinco resenhas publicadas na revista *SIGNUM* (Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da UEL), no período de dezembro de 2002 a janeiro/junho de 2005. Optamos, neste trabalho, por não revelar os nomes dos resenhadores, bem como o livro-objeto de cada resenha, pois consideramos essas informações irrelevantes para os objetivos aqui almejados. Os textos em questão serão referenciados pelos códigos R1, R2, R3, R4 e R5.

Para encaminhamento metodológico das nossas análises, buscamos, no modelo de Martin e Rose (2003) adaptado por Carvalho (2006) sobre a linguagem da avaliação, categorias analíticas<sup>1</sup> para a interpretação dos recursos mobilizados pelo sujeito-resenhador ao emitir juízos de valor em relação ao livro-objeto. Uma vez que este trabalho é elaborado à luz da Análise do Discurso, cujos conceitos base são o discurso e a ideologia, abordamos nosso objeto de pesquisa – a emissão de juízos de valor nas resenhas acadêmicas – tomando como aportes os conceitos de *formação discursiva* (FD), *formação ideológica* (FI) e *gêneros do discurso*, cuja discussão se faz nos tópicos seguintes.

A escolha desses conceitos teóricos dá-se por acreditarmos que “a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção

---

<sup>1</sup> Essas categorias analíticas serão descritas na seção *Investigação da valoração expressa nas resenhas acadêmicas*.

social” (Brandão, 1994, p.12), não podendo, dessa forma, ser neutra, já que seu uso está impregnado de valores, crenças, ideologias. Sendo assim, intencionamos desenvolver nosso estudo sobre o ato de resenhar na e para a academia, tentando articular os processos ideológicos e “coercivos” que perpassam o gênero resenha acadêmica<sup>2</sup> e os fenômenos lingüísticos da sua linguagem avaliativa.

## IDEOLOGIA E DISCURSO: CONCEITOS-CHAVE PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

Segundo Foucault (2004), os discursos caracterizam-se pela dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados, *a priori*, por algum princípio de unidade, cabendo ao analista do discurso descrever essa dispersão, por meio da busca de suas *regras de formação*. Conforme Foucault (2004, p. 43),

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*.

Refinando o conceito de FD, Pêcheux (1997) acrescenta as noções de *ilusão discursiva*, *formação imaginária* e *formação ideológica*. A *ilusão discursiva* abrange dois tipos de esquecimento, sem os quais nenhuma enunciação seria possível. No primeiro tipo de esquecimento, o sujeito apaga a noção de não ser a fonte única e original de seu pensamento, criando a ilusão de que é o senhor de seu discurso e de suas falas. Segundo Brandão (1994, p.66), é por este esquecimento que o “sujeito ‘recusa’ essa e não outra seqüência para que obtenha esse e não outro sentido”. No segundo esquecimento, o sujeito tem a impressão de que “há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo” (Orlandi, 2002), ou seja, uma relação natural entre as palavras e as coisas; de acordo com Brandão (ibid.), “é a operação de seleção lingüística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito”.

---

<sup>2</sup> Essa discussão é aprofundada na seção *Uma visão panorâmica do gênero resenha acadêmica*.

O conceito de *formação imaginária* está ligado à diferenciação imprescindível entre as noções de lugar e posição. Para Orlandi (2002, p.40), “não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções”. Assim, são essas projeções que determinam quem são os interactantes do discurso. Cabe, então, ao analista do discurso tentar desvendar essas imagens por meio da análise das marcas lingüísticas concretizadas no texto e das implicações do contexto de produção.

Ao refletir sobre os conceitos de FD e FI, Pêcheux (1997) retoma os estudos althusserianos sobre ideologia. Althusser (1974) afirma que, numa sociedade de classes, a classe dominante, para manter a sua dominação, gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Para a descrição do funcionamento da ideologia, Althusser formula três teses: a) a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência; b) a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e nas suas práticas; c) a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Assim, “a ideologia exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, jurídica, política), posições de classe” (Althusser, 1974, p.23).

Partindo dessas reflexões, podemos dizer que nos tornamos sujeitos no momento em que somos praticamente “obrigados” (interpelados) a nos posicionar de uma certa maneira, a escolher determinadas palavras, determinados *tons* (Volochinov, 1986), a ocupar um certo lugar, uma certa formação social. Essa interpelação é marcada, segundo o pensador russo, pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo. Por isso, às vezes, podemos dizer uma coisa em um lugar, para uma pessoa, e não podemos dizer a mesma coisa em outro lugar, para outra. Isso ocorre porque, sob uma determinada FI, que diz respeito ao lugar que ocupamos e ao papel que representamos, nos é permitido dizer isto, mas não aquilo. Dessa forma, podemos dizer que todo discurso está sempre atravessado por certas ideologias, ou seja, pelo “sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados” (Miotello, 2005). É, pois, no discurso que as representações ideológicas materializam-se; conseqüentemente, é

correto dizer que as FIs só ganham vida nas FDs (Fiorin, 2000). Concluindo, para Pêcheux (1997, p.160), FD é aquilo que, “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito*” – articulado sob a forma de um sermão, de um panfleto, de uma resenha, ou seja, daquilo que hoje conhecemos como gêneros do discurso (Bakhtin, 1992).

Essas reflexões são importantes para nosso estudo porque direcionam as análises no sentido de que pensemos no gênero resenha acadêmica como configuração de um discurso que está intimamente perpassado pelas regras sociais, políticas e ideológicas que regem o mundo acadêmico, ou seja, está vinculado a uma determinada FI. Assim, a articulação entre o que se apresenta lingüisticamente no texto empírico (no nosso caso, a linguagem da avaliação) e as implicações do contexto de produção, tanto o mais imediato como o mais amplo, é o que deve nortear nosso olhar de analista do discurso.

A linguagem é certamente um lugar de confronto ideológico, razão pela qual não pode ser estudada “fora da sociedade uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais” (Brandão, 1994, p.12). Uma forma de estudarmos a linguagem viva, ou seja, as práticas sociais que estão efetivamente ativas em nossa sociedade, é recorrermos aos gêneros do discurso como objeto de investigação, pois são eles os responsáveis por toda forma de interação interpessoal. Nas palavras de Bakhtin (1992, p.282),

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida.

#### UMA VISÃO PANORÂMICA DO GÊNERO RESENHA ACADÊMICA

Segundo Bakhtin (1992, p.279), “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” – os gêneros do discurso. Embora esta citação já esteja bastante desgastada, no sentido de que vem sendo reiterada em diversos trabalhos acadêmicos, escolhemos iniciar com ela a exposição

do tema, visto que não há como omitir os estudos desse pensador quando o tema se refere aos gêneros discursivos.

Tomando o conceito bakhtiniano, podemos situar o gênero discursivo aqui estudado na *esfera* acadêmica, na qual circula uma grande variedade de *tipos relativamente estáveis*: relatório, requerimento, pauta, fichamento, prova, seminário, etc. Se restringirmos o *domínio discursivo* (Maingueneau, 2005) e nos concentrarmos somente nos gêneros de produção e divulgação de saberes acadêmicos, teremos: conferências, palestras, mesas-redondas, comunicações, teses, dissertações, etc. Já se o foco permanecer em um suporte material específico, os periódicos acadêmicos especializados, teremos os seguintes gêneros: resenha, artigo, ensaio, entrevista, relatório.<sup>3</sup>

Segundo Maingueneau (2005, p.65-67), um gênero de discurso encontra-se submetido a um conjunto de *condições de êxito*, quais sejam: a) uma finalidade reconhecida; b) o estatuto de parceiros legítimos; c) o lugar e o momento legítimos; d) um suporte material; e) uma organização textual. A fim de entendermos as “restrições” que regem as resenhas acadêmicas, vejamos, pois, como tais *condições de êxito* funcionam nesse gênero discursivo.

*Uma finalidade reconhecida.* Resenhas acadêmicas são vistas como textos que fornecem uma descrição e uma avaliação de um livro recentemente publicado, em determinada área do conhecimento. Escritas por especialistas, têm a função de manter atualizados os membros de uma comunidade acadêmica, ávidos de novas informações, atualizações, mas que não dispõem de tempo nem de poder aquisitivo suficientes (já que o custo de livros é alto) para realizar todas as novas leituras. Assim, as resenhas, por meio da divulgação e apreciação de uma nova publicação, possibilitam que o acadêmico seja seletivo e dedique-se somente à leitura das obras mais relevantes aos seus interesses (cf. Carvalho, 2002).

*O estatuto de parceiros legítimos.* Para ilustrar a relação entre o sujeito-resenhador e seu co-enunciador – um membro da mesma comunidade acadêmica –, podemos pensar na metáfora do *papel*, do *contrato* e do *jogo* (Maingueneau, 2005, p.69-70), emprestadas, respectivamente, dos domínios do teatro, do jurídico e do lúdico. Da mesma forma que um acadêmico que assume o *papel* de leitor de uma

---

<sup>3</sup> Os gêneros citados são os que freqüentemente “habitam” as revistas acadêmicas, e a escolha de cada um depende da comissão editorial (podem-se incluir outros, como, por exemplo, a retrospectiva).

resenha aceita o *contrato* discursivo com seu enunciador, conseqüentemente, legitimando-o, este também, assumindo seu *papel* nesse *jogo*, antecipa os termos desse *contrato* em seu fazer-discursivo, legitimando o *papel* de seu co-enunciador. Entretanto, não é por provarem competência que tais sujeitos detêm esse discurso acadêmico específico, mas porque “o exercício deste discurso pressupõe um lugar de enunciação afetado por determinadas capacidades, de tal forma que qualquer indivíduo, a partir do momento que o ocupa, supostamente as detêm” (Maingueneau, 1993, p.37).

*O lugar legítimo.* Quanto ao lugar, podemos dizer que as resenhas acadêmicas são “acolhidas” por periódicos especializados. Segundo Maingueneau (2005), a implicação de certo lugar ideal não se trata de uma coerção externa, mas de algo constitutivo do gênero. Assim, por exemplo, se um pesquisador do campo de estudos da linguagem quer se interar sobre as novas publicações na sua área, por meio da leitura de resenhas elaboradas por seus colegas de profissão, ele tem um lugar já legitimado para essa busca, ou seja, os periódicos acadêmicos direcionados à área de estudos da linguagem.

*O momento legítimo.* Já quanto à temporalidade desse gênero, podemos dizer que: a) obedece a uma certa periodicidade em relação à publicação de novos exemplares; b) os textos que o materializam podem ser lidos muito rapidamente, pois, além de não serem muito longos, geralmente têm uma linguagem de fácil acesso, com vocabulários próprios da área, caracterizando-se, assim, pela agilidade; c) ele pode ser lido em dois tempos diferentes: mais rapidamente, se o propósito é a busca de uma determinada informação, por exemplo, se estamos procurando um livro que trate de determinado assunto, ou mais pausadamente, se já sabemos a que se propõe a obra, mas precisamos de mais detalhes e de uma validação por parte de um leitor que tenha se dedicado por mais tempo a sua leitura (o resenhador); d) esse gênero tem uma validade temporal relativa, pois, embora esteja relacionado ao novo, ou seja, seu objeto de observação é uma obra recentemente publicada, podemos dizer que ele não chega a “envelhecer” totalmente, já que os livros (objetos de investigação da resenha), por serem, geralmente, ligados a conteúdos teórico-metodológicos, conferem ao gênero resenha acadêmica uma validade temporal indefinida. Assim, podemos, hoje, estar folheando um periódico escrito há dez anos e encontrar uma resenha de uma obra que não tenhamos lido, mas que gostaríamos de ler, e, nesse caso, essa

resenha pode nos ser útil, mesmo tendo passado o auge do momento de sua publicação.

*Um suporte material.* Resenhas acadêmicas têm como suporte material as revistas especializadas. Até pouco tempo atrás, poderíamos falar que esse era um gênero materializado em textos, cujo conteúdo era transmitido pela impressão gráfica. Hoje, quando falamos em revistas acadêmicas, temos que distinguir duas modalidades: as impressas e as virtuais (aquelas veiculadas pela Internet). Essa nova tendência de migração de suporte parece não afetar a legitimidade do gênero, já que, mesmo sendo a *web* uma rede de acesso irrestrito, o conteúdo mobilizado pelas resenhas permanece especializado, e seu interesse restrito aos acadêmicos; assim, o *contrato* discursivo estabelecido pelo gênero não se altera.<sup>4</sup>

*Uma organização textual.* “Dominar um gênero do discurso é ter uma consciência mais ou menos clara dos modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis: de frase a frase, mas também em suas partes maiores” (Maingueneau, 2005, p.68). De acordo com Carvalho (2002), a *organização retórica* das resenhas acadêmicas pode ser descrita da seguinte forma: 1) apresentação do livro; 2) descrição da organização do livro; 3) avaliação de partes do livro; e 4) veredicto sobre o livro, sendo que cada uma dessas partes possui suas especificidades. É evidente que esse “modelo” tem suas variáveis,<sup>5</sup> pois os gêneros não são “mordanças” discursivas, mas sim enunciados que dispõem de “uma forma padrão e *relativamente* estável de estruturação de um todo” (Bakhtin, 1992, p.301); portanto, a cada adaptação singular, são afetados por certo *estilo individual* e pelas restrições das diversas FIs que neles se inscrevem.

Ao pensar no *status* do gênero resenha dentro da academia, mais particularmente no interior dos discursos dos periódicos, vemos que ele não dispõe do mesmo prestígio do artigo – gênero considerado mais complexo em sua elaboração, pois, em tese, demanda mais leituras, pesquisas, análises. Esse fato fica notório quando se analisa o sumário das revistas acadêmicas e percebe-se uma disparidade em relação à grande quantidade de artigos em detrimento do número de resenhas. Entretanto, a respeito dos demais gêneros que

---

<sup>4</sup> Essas reflexões são baseadas na nossa experiência pessoal, já que esse fenômeno é muito recente, e não temos conhecimento ainda de pesquisas sobre o assunto.

<sup>5</sup> Estudaremos melhor essas variações quando da análise da organização textual dos textos que compõem nosso *corpus*.

eventualmente aparecem nesse suporte, podemos dizer que as resenhas se destacam, pelo menos em quantidade de publicações. Assim, embora a resenha acadêmica não tenha a mesma “aura” de um artigo, ela tem, quase sempre, presença significativa nos periódicos acadêmicos, o que não acontece, por exemplo, com o gênero ensaio.<sup>6</sup>

Já quanto à relevância da resenha para seu agente produtor, vemos que ela pode se tornar um meio pelo qual um novo integrante de um grupo acadêmico pode atingir uma visibilidade maior em sua área. Segundo Motta-Roth (2002, p.83), “pesquisadores iniciantes geralmente parecem estar mais dispostos a resenhar um livro do que os mais experientes, uma vez que isso pode ser uma forma de participar no debate da disciplina por meio de uma tarefa menos complexa”. Dessa forma, podemos inferir que alunos de pós-graduação seriam os produtores mais inclinados ao ato de resenhar para a academia. Carvalho (2002) coloca duas razões para esse fato: 1) garantir publicação acadêmica, mesmo que não seja por meio de artigos – gênero considerado mais nobre e cuja projeção dá-se por meio de citação bibliográfica; 2) demonstrar capacidade de reflexão crítica e, assim, adquirir o respeito da comunidade acadêmica.

Motta-Roth retrata uma realidade norte-americana, motivo pelo qual suas conclusões não podem se transferir automaticamente ao contexto brasileiro. Em uma pesquisa sobre resenhas publicadas na Revista *Literatura e Sociedade*, no período de 1996 a 1998, Carvalho (op. cit.) constata que, de um total de onze exemplares do gênero, dez haviam sido escritos por professores universitários. Conclui-se, então, que tal gênero também tem sua relevância para os membros mais experientes, mesmo que em grau de inferioridade em relação a um artigo acadêmico ou a uma palestra proferida em eventos da área, que certamente conferem a seus autores um poder maior de projeção dentro da academia.

Cabe aqui ressaltar que o discurso acadêmico, principalmente aquele associado à produção e divulgação de conhecimentos, caracteriza-se pela objetividade e pela referenciação a outros saberes já legitimados por meio de paráfrases, citações e referências bibliográficas, demonstrando que o sujeito desse discurso compartilha

---

<sup>6</sup> Nas seis revistas compiladas para esta pesquisa, não há ocorrência do gênero entrevista, o ensaio aparece uma única vez, o gênero relatório consta em apenas uma revista (cinco exemplares), a resenha aparece sete vezes (em quatro revistas apenas) e o artigo está presente em todos os periódicos (totalizando setenta e um exemplares).

conhecimentos com outros acadêmicos. Entretanto, é preciso colocar que este processo nunca é ingênuo; embora se busque a neutralidade, sabemos que não existe discurso neutro e, como já expusemos, cada discurso está atravessado por uma ou por várias FIs. Segundo Lillis (apud Carvalho, 2002, p.4):

Os discursos acadêmicos precisam ser problematizados ao invés de serem tomados como certos, a fim de explorarmos como certos tipos de conhecimento são construídos através de certo enunciado. [...] Isto envolve reconhecer que, a fim de criarmos significado, recorremos aos discursos que foram postos à nossa disposição em nossa experiência sócio-cultural. Através dos fraseados que usamos, invocamos, consciente ou inconscientemente, certos discursos que moldam tanto como criamos significado, como a forma pela qual os outros compreendem o que dizemos.

Ao transferirmos esses pareceres para o gênero que nos propomos a analisar, devemos ter em mente que, embora a resenha seja uma modalidade metadiscursiva e intertextual por excelência, já que se configura em um texto que se propõe, explicitamente, a descrever e a avaliar outro texto, não podemos pensar esse processo de forma simplista. Há, sim, a necessidade de investigarmos os discursos que subjazem a este gênero e tentarmos entender como se dá seu funcionamento, quais os valores, crenças, mitos que estão “escondidos” na sua materialidade. Sendo assim, nos propomos, nos tópicos a seguir, a apresentar resultados das nossas análises e a tentar conferir-lhes valor à luz da Análise do Discurso.

#### **PRIMEIROS RESULTADOS DE ANÁLISE: A ORGANIZAÇÃO**

Segundo Bronckart (2003, p.120), o *plano geral* de um gênero “refere-se à organização de conjunto do conteúdo temático; mostra-se visível no processo de leitura e pode ser codificado em um resumo”. A partir da análise das resenhas que compõem nosso *corpus*, pudemos abstrair um plano textual global em três etapas: 1<sup>a</sup>) apresentação do livro-objeto da resenha; 2<sup>a</sup>) descrição do conteúdo temático das partes do livro-objeto; 3<sup>a</sup>) veredicto sobre o livro-objeto.

Na primeira etapa, o resenhador contextualiza o livro analisado, citando, basicamente seu título, autor(es), objetivo(s), leitores

potenciais, assunto, área de aplicação, divisão genérica de suas partes, avaliação do autor e da obra como um todo.<sup>7</sup> Evidentemente, esse é um panorama geral, ou seja, os pontos mais recorrentes nessa parte da organização textual, o que não significa que todas as resenhas apresentem tais características, ou que não tragam outras informações. Por exemplo, fugindo um pouco do “padrão”, a R2 inicia seu texto com uma explicação da origem da idéia do livro-objeto: “Esta nova obra [...] parte do questionamento ‘Como se faz um professor de LE?’, levantado durante o II Encontro Nacional sobre Política de Ensino de Línguas Estrangeiras” (p.387). Tal começo leva-nos a pensar que esse evento foi de grande importância para a área, já que culminou com a organização de um livro. Dessa forma, sua citação pelo resenhador passa a ter um peso positivo, pois aparece como uma justificativa, um porquê da elaboração da obra em questão.

*Na segunda fase do plano geral*, verificamos que há uma descrição das partes do livro, juntamente com um pequeno desenvolvimento do assunto abordado, podendo ou não ser acompanhado por um posicionamento valorativo. Na maioria das resenhas analisadas, essa etapa é bem desenvolvida, pois o sujeito-resenhador expõe as partes e/ou capítulos do livro de forma bem minuciosa, o que favorece a leitura, já que possibilita ao leitor detectar pontos mais específicos abordados pela obra. Em relação às outras etapas da organização geral, esta é a que ocupa maior espaço textual.

*Na terceira e última etapa*, o resenhador dá um veredicto sobre o livro analisado, posicionando-se em relação à obra. Entretanto, esse posicionamento não se dá de forma direta, ou seja, o sujeito-resenhador não diz com todas as letras “eu recomendo este livro”, ou “eu não recomendo”, ficando a cargo do leitor resgatar esses sentidos no fio do discurso. Verificamos ser comum, nessa parte do texto, explicitar-se a relevância do livro para os estudos da área e/ou para seus leitores potenciais como forma de “fechamento” da resenha. Em todos os exemplares do nosso *corpus*, esta parte da organização textual concretiza-se apenas no último parágrafo.

Ainda em relação à organização geral das nossas resenhas, as análises mostraram que não existe um padrão estabelecido quanto à extensão textual, ou seja, há uma variação muito grande no que diz respeito ao número de páginas de cada exemplar (de 3 a 9), ainda que

---

<sup>7</sup> A questão da avaliação será tratada mais detalhadamente em seção específica.

todas as resenhas tenham sido publicadas na mesma revista acadêmica. É interessante destacar que, ao final de cada periódico, encontram-se as “normas tipográficas para publicação de artigos”, mas não há menção alguma à elaboração de resenhas, o que nos leva a supor que não existam critérios, pelo menos, formalmente. Esse fato também acaba por reforçar a idéia inicial de que as resenhas não detêm o mesmo grau de importância reservado aos artigos. Estes, sim, parecem ser os “habitantes” por excelência dos periódicos acadêmicos, pelo menos, na área de estudos da linguagem, aqui analisada.

Um fato que nos chamou atenção diz respeito ao campo de conhecimento específico dos livros resenhados. Verificamos que estes ou se referem à área de língua estrangeira (inglês e espanhol) e/ou à de formação de professores; conseqüentemente, seus resenhadores também devem pertencer a tais áreas, visto não ser possível resenhar-se uma obra sem se conhecerem profundamente os temas abordados. Isso posto, somado ao fato de dois dos três editores da revista serem também dessas áreas, e um deles ter escrito duas resenhas no período por nós analisado, podemos pensar que tais textos possam ter sido “encomendados” ou sugeridos pela própria comissão editorial, o que nos faz inferir que a revista não receba muitas submissões desse gênero discursivo, confirmando nossa tese acerca de seu desprestígio.

Um item recorrente na apresentação das resenhas parece ser a imagem da capa do livro resenhado, já que, das cinco resenhas analisadas, apenas uma não dispunha desse recurso. Logicamente, a referência bibliográfica do livro-objeto é sempre apresentada, juntamente com o nome do resenhador e sua instituição de origem, porém sem a identificação de titulação acadêmica. Tal fato levou-nos a uma investigação a fim de identificarmos o papel social daqueles que escrevem resenhas para a *SIGNUM*. Segundo informações cedidas pela comissão editorial da revista, pudemos verificar que, embora todas as resenhas analisadas tenham sido escritas por professores universitários, em especial, docentes da própria instituição (UEL), apenas um destes tem seu nome já consagrado no mundo acadêmico; os outros, embora professores universitários, são também alunos de pós-graduação (mestrandos e/ou doutorandos) que ainda estão se projetando na academia.

Tal fato leva-nos a refletir sobre a problemática do confronto *face a face* – autor-resenhador e autor-resenhado – tomando por base o fato de a maioria dos autores das nossas resenhas ocuparem lugar

inferior, na hierarquia acadêmica, ao dos autores da obra resenhada.<sup>8</sup> Segundo Maingueneau (2005, p.37), “como a comunicação verbal é também uma relação social, ela se submete como tal às regras que costumamos chamar de *polidez*”. Dessa forma, uma crítica negativa mal elaborada pode atacar a *face positiva*<sup>9</sup> do destinatário-autor e causar um certo “desconforto” entre as partes envolvidas. Esse contrato de polidez é também reforçado pelo fato de o discurso em pauta ser proferido por protagonistas provenientes de uma mesma FD, conseqüentemente, com interesses em comum, o que pode, com certeza, gerar situações conflitantes.<sup>10</sup> Fica evidente, assim, que essas regras de polidez acabam por direcionar o fazer discursivo desse acadêmico-resenhador em projeção.

### INVESTIGAÇÃO DA VALORAÇÃO EXPRESSA NAS RESENHAS ACADÊMICAS

Segundo a NBR 6028 (Associação..., 2003), a resenha é o mesmo que resumo crítico ou recensão. Alguns autores classificam-na como resenha crítica, o que nos parece redundante, visto que o teor valorativo é elemento essencial para composição desse gênero. Motta-Roth (2002) postula que o gênero resenha pode ser considerado como envolvendo um contínuo entre descrição e avaliação, com diferentes exemplares de resenhas tendendo ou para um ou para outro extremo. Por exemplo, resenhas mais objetivas podem ser representadas por textos mais descritivos do conteúdo, com uma avaliação menos explícita do resenhador. Para essa autora, as resenhas podem tender para um extremo avaliativo quando o resenhador é um especialista da área e parte de seu conhecimento e de sua experiência profissional para estabelecer a relevância do objeto resenhado.

Tomando tais reflexões, podemos inferir que as resenhas acadêmicas, por serem escritas por especialistas de determinada área do conhecimento, apresentem textos com alto teor avaliativo. A fim de investigarmos tal suposição, como também outros questionamentos por nós já levantados, propomo-nos a analisar como se dá a expressão da valoração nos exemplares do gênero que formam nosso *corpus* de

---

<sup>8</sup> Essa hierarquia dá-se pelo fato de a maioria dos autores das nossas resenhas constituir-se de alunos de pós-graduação, ao passo que os autores do livro-objeto são nomes quase sempre já consagrados na academia.

<sup>9</sup> A face positiva corresponde à “fachada” social, à nossa própria imagem valorizante que tentamos apresentar aos outros (Maingueneau, 2005, p.38).

<sup>10</sup> Essa relação é diferente, por exemplo, de uma resenha cinematográfica, em que resenhador e objeto resenhado pertencem a esferas sociais distintas.

pesquisa. Para tanto, buscamos como aporte teórico-metodológico as categorias analíticas de Martin e Rose (2003) para o fenômeno da avaliação.

De acordo com o modelo dos autores, a *avaliação* pode ser estudada a partir de três categorias distintas: a *atitude*, a *gradação* e a *fonte*. A *atitude* baseia-se em recursos semântico-discursivos usados para expressar: a) *afeto* (construir reações emocionais); b) *juízo* (construir avaliações morais de comportamento); e c) *apreciação* (construir a qualidade estética de textos/processos semióticos e fenômenos naturais). Esta pode ter duas polaridades distintas: positivas ou negativas; ser explicitamente expressa (*inscrita*) ou subentendida (*evocada*). Já a *gradação* comporta os recursos utilizados para se expressar a intensidade das atitudes. A terceira categoria diz respeito às *fontes* das atitudes: *monoglósica* (provém apenas do escritor) e *heteroglósica* (provém de outrem).

A proposta de Martin e Rose parece útil a nossa pesquisa, pois abarca categorias que vão ao encontro de nossas necessidades analíticas, que objetivam, entre outras coisas, buscar entender como o enunciador da resenha elabora seu discurso a fim de fazer com que seu interlocutor partilhe de suas opiniões, de seu posicionamento em relação ao livro-objeto, ou seja, como se dá o *contrato* discursivo entre resenhador e leitor e como se processa a legitimação desse sujeito-resenhador que se vê obrigado, pelas restrições do gênero, a emitir uma apreciação em relação a uma obra, da qual, acredita-se, este seja um leitor mais atento.

Com base no modelo de Martin e Rose (2003) e na sua adaptação por Carvalho (2006) para a análise de resenhas não-acadêmicas, elaboramos o Quadro 1, com as categorias atitudinais (com exceção da de *afeto*, que não se enquadra nas resenhas acadêmicas) associadas a perguntas e proposições. De forma bem didática, o quadro tem por pretensão esclarecer o que se entende por estas categorias.

**Quadro 1 – Categorias atitudinais**

<b>VALORAÇÃO – Categoria ATITUDE</b>		
<b>JULGAMENTO</b> do desempenho do(s) autor(es)	Mestria	O autor escreve de maneira didática, clara? É objetivo?
	Capacidade/ Competência	Tem as habilidades esperadas e/ou necessárias?
	Tenacidade/ Experiência	É experiente ou novato? Tem idéias originais?
	Normalidade	Tem qualidades especiais?
	Reação	O livro corresponde às expectativas esperadas? Prende a atenção? É interessante? É instigante?
<b>APRECIÇÃO</b> do livro e/ou de partes do livro	Composição	Aborda temas interessantes? Utiliza estratégias discursivas bem elaboradas? É tendencioso? É denso? É detalhista? Traz várias informações complementares? Apresenta “lacunas” que dificultam a leitura?
	Valor	Aborda conteúdos importantes? Traz resultados de pesquisa concretos? Promove uma boa reflexão? É relevante para os estudos da área e/ou para os leitores potenciais? Tem originalidade? Traz uma bibliografia bem conceituada?
Polaridade	Positiva	A ATITUDE é positiva
	Negativa	A ATITUDE é negativa
Expressão	Inscrita	A ATITUDE é explícita
	Evocada	A ATITUDE é implícita

Fonte: elaborado com base em Martin e Rose (2003) e Carvalho (2006).

Tomando por base as categorias expressas no Quadro 1, em um primeiro momento, buscamos uma contabilização quantitativa geral das ocorrências dos recursos lexicais e semântico-discursivos que expressam mais explicitamente (expressão *inscrita*) valores atribuídos ao livro-objeto (subcategoria da *apreciação*) e ao(s) seu(s) autor(es) e/ou organizador(s) (subcategoria do *juízo*), juntamente com o indicativo da polaridade (positiva/negativa) correspondente. As tabelas 1 e 2 apresentam esses primeiros resultados quantitativos.

**Tabela 1 – Ocorrências de polaridade segundo a atitude expressa no corpus**

Polaridade	Atitude			
	Apreciação		Juízo	
	Positiva	Negativa	Positiva	Negativa
	32	05	12	01

**Tabela 2 - Ocorrências da valoração atitudinal nas etapas do plano textual global**

Etapas do plano textual global	Atitude - Apreciação	Atitude - Juízo	Total
1ª) Apresentação do livro	04	07	11
2ª) Descrição das partes do livro	24	04	28
3ª) Veredicto sobre o livro	09	02	11

Antes de iniciarmos a interpretação e discussão dos dados, entendemos ser relevante destacar o que consideramos como avaliação explícita, ou expressão *inscrita*, nas palavras de Martin e Rose (2003). Aceitamos o fato de que não há palavra neutra (Volochinov, 1986), oca de sentidos e valores ideológicos. Dessa forma, ao se inscrever em um discurso, a palavra, além da bagagem sócio-histórica que as gerações anteriores lhe conferiram, também impregna-se de outros significados, observáveis somente em um determinado contexto enunciativo. Por conseguinte, a expressão valorativa explícita tem que ser relativizada, pois sua compreensão depende muito do ponto de vista do analista. Referimo-nos a ela quando entendemos que o sujeito-resenhador expõe-se no texto, é direto, deixa claro seu posicionamento em relação à sua leitura. Trazemos como exemplo a passagem: “O texto é bastante

*esclarecedor uma vez que apresenta uma reflexão de ordem principalmente metodológica referente às entrevistas...*" (R5, p.199). O trecho em itálico<sup>11</sup> é que lhe confere o teor propriamente opinativo; caso ele fosse omitido, "esquecido" pelo sujeito-resenhador em seu fazer discursivo, não teríamos considerado a passagem em nossas análises, pois ela passaria a se configurar apenas como uma proposição metalingüística descritiva.

Por meio da explicação anterior, não estamos querendo dizer que não consideramos o peso persuasivo de outras passagens textuais em que o sujeito-resenhador seja menos explícito quanto ao seu posicionamento, mas simplesmente que elas não foram alvo de nossa análise no trabalho em questão. Poderíamos, por exemplo, analisar os verbos *do dizer* que configuram a metalinguagem nas resenhas acadêmicas, ou seja, como a escolha lexical das seqüências verbais influencia os efeitos de sentido produzidos em cada enunciado. Entretanto, o espaço aqui reservado não nos permite tais reflexões.

Para iniciar nossa análise qualitativa dos dados, voltemos à Tabela 1. Podemos perceber que há uma tendência maior de os resenhadores posicionarem-se explicitamente mais em relação ao objeto resenhado do que em relação ao autor e/ou organizador do livro (37 ocorrências de *apreciação* e 13 de *juízo*). Se observarmos a Tabela 2, veremos que o único momento nos textos em que ocorre o processo inverso é na fase da apresentação do livro-objeto.<sup>12</sup> Entendemos, assim, que, nessa primeira fase, enfoca-se mais a figura do autor porque a representação que o sujeito-resenhador deve fazer de seu leitor é a de que ele não aceitaria muitas apreciações do livro-objeto logo no início da resenha, pois este ainda não foi descrito/avaliado em suas partes. Dessa forma, parece que a segunda parte tem a função de introduzir argumentos para o encaminhamento do veredicto final (fase da avaliação geral, por excelência), mesmo que, muitas vezes, expresso somente em linguagem descritiva (pois temos resenhas em que não há nenhum posicionamento valorativo explícito na segunda etapa textual).

Também por meio da observação da Tabela 1, fica evidente o fato de que tais resenhas reservam uma carga valorativa bem mais

---

<sup>11</sup> Em todos os exemplos retirados dos textos do nosso *corpus*, os grifos (em itálico) são nossos.

<sup>12</sup> Das cinco resenhas analisadas, apenas em uma aparecem apreciações do livro na primeira etapa textual.

positiva do que negativa, tanto no interior da subcategoria de julgamento, como na de apreciação. O único caso que temos de julgamento negativo do autor é na R2; mesmo assim, ele se encontra modalizado e neutralizado por uma construção de contraposição (negativo, *mas* positivo): “Muitos dos nomes que aqui figuram [...] com idéias nem sempre *tão* originais, *mas* que historicamente revelam a preocupação...” (p.388). Vemos, então, que este gênero tende a evitar o confronto *face a face*,<sup>13</sup> procurando contrapor posicionamentos de forma a amenizar alguns traços negativos em relação ao julgamento do autor.

Já os números da Tabela 2 revelam-nos que o momento em que o sujeito-resenhador mais se posiciona explicitamente em relação a seu objeto de estudo ocorre na segunda etapa de seu texto; assim, poderíamos pensar que há uma incidência maior de juízos de valor em relação às partes do livro do que propriamente quanto à obra de uma maneira geral. Entretanto, esses números são resultados da própria extensão da etapa de descrição das partes do texto, ou seja, há mais expressões valorativas nesta etapa porque há mais materialidade textual. Porém, há uma tendência a se avaliar mais as partes quando estas se referem a artigos de autores diversos, ou seja, quando cada parte do livro configura-se como um trabalho singular. Assim, esses precisam ser analisados não somente em relação ao livro como um todo, ou seja, sua articulação com os objetivos gerais da obra, mas também quanto à sua própria construção composicional. É interessante ressaltar que, também nesses casos, avalia-se mais o texto-objeto do que o responsável por sua autoria.

Mais especificamente sobre a avaliação geral expressa na última etapa do texto, percebemos que esta, quase sempre, está ligada à categoria *valor*, já que é nesta hora, principalmente, que o sujeito-resenhador fala da relevância, da importância da obra, de como seus leitores potenciais podem se beneficiar com a leitura. Vemos, então, que não há um veredicto propriamente dito, mas uma recomendação implícita ao se propor a relevância do livro para a academia. Em nenhum exemplar examinado, foram encontradas asserções valorativas nessa etapa textual cuja polaridade fosse negativa, ou seja, podem-se até indicar pontos negativos em relação a algumas partes do livro, mas estes jamais influenciam a síntese valorativa final, que sempre tem um teor positivo.

---

<sup>13</sup> Essa discussão já foi aprofundada na seção anterior.

No interior da subcategoria de julgamento, observamos o predomínio da avaliação segundo o critério de *tenacidade/experiência*. Percebemos ser um procedimento comum enaltecer o autor com qualidades que ressaltam sua experiência, seu conhecimento na área. Um exemplo interessante é a R2, que tem como objeto de análise um livro formado por uma coletânea de artigos da área de formação de professores. Quando o sujeito-resenhador discorre sobre cada um dos trabalhos, tende, mesmo que inconscientemente, a inserir proposições valorativas de cunho positivo em relação a nomes já consagrados na literatura da área e a simplesmente mencionar outros autores menos conhecidos: “O livro não poderia prescindir das idéias de outro ícone pensante: Hilário Bohn” (p.389); “Desirée Motta-Roth, profunda conhecedora dos modos [...]” (p.391); “Maria da Graça C. do Amaral apresenta [...]” (p.389). O que se percebe nesses casos, portanto, é que não há uma avaliação baseada em critérios textuais emergentes de uma leitura reflexiva e crítica, mas em valores pré-construídos por uma determinada FD. Assim, não é mais a voz do agente produtor que fala, e sim o interdiscurso dos “nomes já consagrados” pela academia.

Quanto ao julgamento da *capacidade/competência* do autor, vemos que, também neste caso, o sujeito-resenhador usa de fonte *heteroglóssica*, pois retoma o discurso de outrem para legitimar sua fala, como na passagem: “Wilson J. Leffa, seu organizador, é conhecido por sua capacidade editorial [...]” (R2, p.388). O efeito de sentido seria bem diferente se o enunciado fosse formulado assim: “A capacidade editorial de Wilson J. Leffa pode ser notada no trecho [...]”. O enunciador julga a capacidade do autor, buscando em uma voz de poder – o discurso acadêmico (é reconhecido e legitimado no mundo acadêmico, no caso, na área de formação de professores) – um forte argumento que dê credibilidade ao seu dizer.

Já as avaliações relativas à apreciação do livro-objeto, na sua grande maioria, apóiam-se em justificativas intratextuais. Nesses casos, o enunciador vê-se coagido a explicar seu posicionamento, o que nos leva a concluir que a representação que esse sujeito-resenhador faz de seu interlocutor é a de um acadêmico bem atualizado em relação aos temas da esfera acadêmica e exigente quanto aos critérios de aquisição de uma nova publicação, por isso a preocupação em justificar de forma contundente as asserções valorativas. Esse fato fica notório no seguinte trecho da R5: “Trata-se de um texto bastante

interessante não só por apresentar os procedimentos de análise, mas também pela realização da própria análise de um texto...” (p.198). Vemos que o sujeito-resenhador justifica sua asserção valorativa “texto bastante interessante” com elementos analisados na própria obra resenhada.

Seguindo com a análise das expressões de apreciação do livro-objeto, observamos que a modalidade *reação* foi a menos utilizada, aparecendo apenas duas ocorrências em um único exemplar do nosso *corpus*. Já as apreciações relativas às categorias de *composição* e de *valor* aparecem com grande frequência, o que sugere que os resenhadores acadêmicos, pelo menos os da área de estudos da linguagem, são “coagidos”, pelas FIs que atravessam seu discurso, a se posicionarem explicitamente em relação à “engenharia”, à elaboração do objeto resenhado, e, mais fortemente, em relação ao valor, à relevância da obra para os estudos da área. Entendemos que a categoria atitudinal de reação está mais vinculada ideologicamente às obras ditas “literárias/ de ficção”, pois, para essas, é imprescindível uma avaliação a partir do impacto causado pela leitura, das primeiras reações, já que são escritas visando, principalmente, à fruição, ao prazer estético literário. Contudo, os livros acadêmicos, ligados a quadros epistemológicos, teorias, metodologias e resultados de pesquisas, implicam um olhar mais pragmático, mais voltado à relevância, à importância de uma determinada obra para uma área de conhecimento.

Ao analisarmos a *gradação* das expressões valorativas que aparecem em nosso *corpus*, cuja polaridade subscreve-se negativamente,<sup>14</sup> percebemos que, em todos os casos, esse teor negativo é sempre relativizado. Não há uma asserção valorativa de cunho negativo sem que haja um contraponto que, de certa forma, neutralize ou, pelo menos, amenize esse posicionamento mais incisivo. Vejamos os exemplos retirados de nosso *corpus*: “A idéia apresentada neste artigo pode não parecer nova, mas vale pela motivação à reflexão [...]” (R2, p.389); “Apesar de certo tom forçosamente feminista no ar [...], certamente nos faz refletir” (R2, p.393); “Apesar da densidade do texto, o autor ilustra os procedimentos de análise e tenta mostrar [...]” (R5, p.199). Observa-se que as três proposições citadas são elaboradas por *articuladores discursivo-argumentativos* (Koch, 2005) que estabelecem

---

<sup>14</sup> Somente em dois textos do nosso *corpus* aparecem avaliações relativamente negativas, com apenas uma ocorrência na modalidade *juízo* (do autor).

uma relação de contraste/oposição, ou seja, levanta-se um ponto negativo, mas sempre em contraposição a um outro positivo que possa neutralizar o efeito de sentido negativo do enunciado.

Mesmo quando não há uma construção de oposição marcada, como nos exemplos do parágrafo anterior, observa-se uma tentativa de neutralização da polaridade negativa da valoração. Na R5, o livro analisado é constituído por capítulos escritos por autores diversos, e o sujeito-resenhador assim se posiciona: “No segundo capítulo, [...] O autor parte da idéia de que o leitor já tenha conhecimento sobre a abordagem ergonômica, o que torna difícil a compreensão para os leigos no assunto. [...] No quarto capítulo, [...] Trata-se de um capítulo muito importante e esclarecedor, por apresentar os conceitos de ergonomia [...]” (p.197). É interessante observar o percurso discursivo do enunciador que, ao usar adjetivos laudatórios para avaliar o trabalho do capítulo quatro, já que este traz o conceito de ergonomia, acaba por minimizar o efeito negativo produzido pela apreciação do segundo capítulo, que trazia uma lacuna, justamente por não esclarecer tal conceito. A trama discursiva leva o leitor a pensar o seguinte: o conceito “x” não é esclarecido em um primeiro trabalho, mas o é posteriormente em outro; dessa forma, o livro, no geral, não sofre tanto prejuízo quanto à sua valoração qualitativa.

Levando-se em consideração nossas análises, ainda que parciais, passamos a seguir as nossas conclusões, também parciais, pois estamos trabalhando com um recorte do assunto, que mesmo representativo de um todo, não pode ser considerado como tal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizando os resultados das nossas análises, temos que a investigação da linguagem da avaliação nas resenhas acadêmicas mostrou que, em tal gênero, a avaliação expressa tem, quase sempre, uma polaridade positiva. As pouquíssimas asserções valorativas de cunho negativo são modalizadas ou neutralizadas por uma contraposição positiva e nunca se fazem presentes na etapa do veredicto final. Foi verificado também que os juízos de valor são direcionados principalmente ao livro-objeto, privilegiando os critérios de composição e valor, já que o gênero em questão pauta-se por conteúdos teórico-pragmáticos que necessitam de um olhar crítico mais racional, diferentemente das obras de ficção literária, em que a categoria de reação (impacto causado pela leitura) tende a dominar.

A categoria de julgamento (do autor) aparece com mais expressividade na primeira etapa textual, ou seja, na apresentação geral do livro-objeto e quase sempre ligada a critérios de experiência/tenacidade (com polaridade, na maioria das vezes, positiva). A última parte do texto, destinada a dar um parecer geral sobre a obra resenhada, tem a função, basicamente, de mostrar a relevância daquele livro para sua área de conhecimento e nunca traz uma aprovação ou reprovação explícita da obra nos termos de “recomenda-se” ou “não se recomenda”.

Tal panorama leva-nos a refletir sobre as FDs que constituem o discurso acadêmico e as diversas FIs que o perpassam, bem como todas as *condições de êxito*<sup>15</sup> e a situação de produção que “restringem” o fazer discursivo do gênero resenha acadêmica. A conclusão que se chega é que os agentes produtores do gênero em pauta sofrem coerções histórico-social-ideológicas que os levam a agir com certa polidez discursiva, isentando-se de expressar seus posicionamentos valorativos negativamente, bem como de macular a imagem do autor da obra resenhada. Segundo Brandão (1998, p.132), “cada grupo social tem seus interditos, proibições que constituem tabus; ou melhor, dentro de cada formação ideológica há toda uma série de elementos que não podem aflorar porque representam perigos, são fatores de desequilíbrio; de desestabilização”.

Entendemos que a coerção mais significativa resida no fato de se escrever na e para a academia. A resenha acadêmica difere, por exemplo, de uma resenha de livros escrita para um jornal ou uma revista comercial, produzida por um profissional pago para gerar lucros à empresa a que presta serviço, submetido às restrições do discurso jornalístico/midiático. Esse profissional escreve sobre o domínio literário, sobre obras e autores que pertencem a outra esfera social e tem como público-leitor um sujeito neutro nesse jogo discursivo, pois não compartilha dos mesmos interesses/conflitos ideológicos daquele que resenha e daquele que é resenhado. Já na resenha acadêmica, um membro da academia que hoje esteja no papel social de resenhador, legitimado a avaliar o trabalho de um “colega” seu, amanhã pode ser o alvo das críticas, o autor de uma obra resenhada,<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> As *condições de êxito* (Maingueneau, 2005) foram discutidas na seção *Uma visão panorâmica do gênero resenha acadêmica*.

<sup>16</sup> Este fato é percebido em nosso *corpus*: o resenhador da R1 é também o autor do livro-objeto da R4.

o que deixa claro que, neste domínio discursivo, os interesses cruzam-se e, muitas vezes, chocam-se. Por isso, há todo esse cuidado no fazer discursivo de modo a ambos os lados (resenhador e resenhado) serem preservados, pois “quando a avaliação de um produto e de uma reputação se torna pública, os riscos de mal-entendidos e egos feridos são potencialmente grandes” (Carvalho, 2006, p.9).

Para finalizar e assim tentar responder às indagações propostas no início deste trabalho, propomos repensar o papel atribuído socialmente à resenha acadêmica: redizer, explicar, avaliar uma obra. Porém “*redizer* não significa parafrasear, *explicar* não significa repetir” (Chalhub, 2002, p.72). Não podemos, logo, esquecer que a posição assumida pelo sujeito-resenhador em seu fazer discursivo jamais é neutra, pois ela está sempre perpassada por várias FIs, o que nos faz concluir que mesmo aparentemente *redizendo* ou *explicando*, esse discurso já carrega valores, posições, crenças, verdades, etc. Assim, na tentativa de construir seu próprio discurso sobre o discurso de *outro*, o sujeito-resenhador, mesmo pretendendo ser objetivo e o mais “neutro” possível (já que pensa ter o controle do seu dizer), inconscientemente materializa muitas das ditas verdades que regem o mundo acadêmico. Mesmo que ele se esquive de trazer à tona pontos negativos da obra analisada, não se aprofundando muito na vertente crítica reservada ao gênero, não podemos dizer que a resenha acadêmica seja um mero divulgador de novas publicações da academia. Na verdade, muito do seu teor crítico está camuflado na materialidade discursiva do que consideramos “não-crítico”.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1974.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *Informação e documentação*: resumo: apresentação: NBR 6028. Rio de Janeiro, 2003.

BAKHTIN, M. Gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria E. Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRONCKHART, J. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.

BRANDÃO, H.N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

BRANDÃO, H.N. *Subjetividade, argumentação, polifonia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

CARVALHO, G. *Resenhas acadêmicas e sua organização retórica*. Revista de Letras, Curitiba, n.57, p.175-194, 2002.

\_\_\_\_\_. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J.L.; BONINI, A; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005.

\_\_\_\_\_. Críticas de livros: um breve estudo da linguagem da avaliação. *Revista Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, SC, v.6, n.2, maio/ago. 2006. Disponível em: <[www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0602/02.htm](http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0602/02.htm)>. Acesso em: 1 jul. 2006.

CHALHUB, S. *A metalinguagem*. São Paulo: Ática, 2002.

FIORIN, J.L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2000.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

KOCH, I.G.V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. de Freda Indursky. 2. ed. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos da comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTIN, J.R.; ROSE, D. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London: Continuum, 2003.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA-ROTH, D. A construção social do gênero resenha acadêmica. In: MEURER, J.L.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros textuais*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p.77-116.

ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

VOLOCHINOV, V.N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

**RESENHAS ANALISADAS**

R1: SIGNUM: Estudos da Linguagem. Londrina: n. 5, p. 381-386, dez. 2002.

R2: SIGNUM: Estudos da Linguagem. Londrina: n. 5, p. 387-395, dez. 2002.

R3: SIGNUM: Estudos da Linguagem. Londrina: n. 6/1, p. 321-324, dez. 2003.

R4: SIGNUM: Estudos da Linguagem. Londrina: n. 6/1, p. 331-338, dez. 2003.

R5: SIGNUM: Estudos da Linguagem. Londrina: n.5, p. 381-386, dez. 2002.

Recebido em julho de 2006  
e aceito para publicação em maio de 2007.

**Title:** *The act of reviewing in and for the academy*

**Abstract:** *This work aims at studying the academic review. Its focus is on the analysis of lexical and discursive-semantic resources that express the subject-reviewer's evaluation in relation to the work reviewed. This research started from the hypothesis that such a genre might not be fulfilling its evaluating social function and might be turning only into an instrument of disclosing new academic works. The results, obtained in the light of Discourse Analysis and with Martin and Rose's (2003) theoretical model adapted by Carvalho (2006) on the language of evaluation, show that, although concentrating its evaluation more on positive than negative aspects, academic reviews cannot be said to be only a means to divulge new academic publications, because the act of 'retelling' a work will never be impartial, once the several ideological formations which underlie the academic discourse are certainly materialized in the discursive textuality of this genre.*

**Keywords:** *academic review; evaluation; discursive genre.*

